



## MINISTÉRIO DO TURISMO

### GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: - www.turismo.gov.br

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

### SELEÇÃO DE ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS, JÁ QUALIFICADA OU A SER QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PARA GERIR AS ATIVIDADES DA CINEMATECA BRASILEIRA E CELEBRAR CONTRATO DE GESTÃO COM A UNIÃO, NOS TERMOS DA LEI Nº 9637, DE 1998

PROCESSO Nº 72031.007619/2021-21

A Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo (SECULT/MTUR), considerando o [Decreto nº 9.190, de 01 de novembro de 2017](#), a [Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](#) e a [Portaria Interministerial ME/MTUR nº 5.852, de 8 de junho de 2021](#), com vistas ao atendimento dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, torna público o presente Edital para selecionar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com natureza de associação civil ou de fundação, conforme art. 44, incisos I ou III, da [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), cujas atividades sejam dirigidas à cultura, já qualificada ou apta a se qualificar como organização social, para firmar parceria com o Poder Público, mediante a celebração de contrato de gestão.

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente seleção tem por objeto escolher pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos cujas atividades sejam dirigidas à cultura, já qualificada ou apta a se qualificar como organização social, nos termos da Lei nº 9.637/1998 e do Decreto nº 9.190/2017, para firmar parceria com a Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo (SECULT/MTUR), mediante a celebração de contrato de gestão, para a execução de atividades de guarda, preservação, documentação e difusão do acervo audiovisual da produção nacional por meio da gestão, operação e manutenção da Cinemateca Brasileira.

1.2. A entidade a ser selecionada deverá ser capaz de realizar os seguintes Serviços de Processamento de Acervos Audiovisuais, tendo por referência os valores e limites estabelecidos no item 13.1:

a) serviços técnicos especializados de digitalização, catalogação e descrição de obras audiovisuais;

b) processamento técnico especializado de obras audiovisuais, visando a identificação, classificação, descrição, catalogação, indexação, conservação e digitalização de itens documentais (livros, periódicos, recortes de jornal, documentos, cartazes e fotografias, dentre outros) e outros documentos dos acervos correlatos à produção audiovisual;

c) realização de análise técnica especializada, restauração física e preparação para o processamento e duplicação fotoquímica ou digital de materiais audiovisuais em película ou suporte magnético, e todas as ações necessárias para a restauração, confecção de matrizes de preservação e materiais de difusão e acesso, a partir de originais em película e vídeo analógico e digital, tendo como produtos os formatos pertinentes;

- d) serviços técnicos especializados de constituição e alimentação de base de dados informatizada com as informações geradas nos processamentos, e sua disponibilização para os sistemas de consultas, pesquisas e difusão dos respectivos acervos;
- e) serviços técnicos especializados de incorporação e desincorporação de materiais audiovisuais, incluindo película e vídeo em diferentes suportes;
- f) serviços técnicos especializados de restauração física e de preparação para projeções de cópias de filmes, incluindo película, vídeo e digital em diferentes suportes;
- g) serviços técnicos especializados de análise das características físicas de materiais audiovisuais em diferentes suportes, incluindo película, magnético e arquivos digitais; e
- h) programação e operação de salas de exibição e espaços de exposição, no âmbito da unidade técnica Cinemateca Brasileira, visando à difusão da memória audiovisual.

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A origem da Cinemateca Brasileira (CB) ocorreu na década de 40 como instituição privada e em 12 de agosto de 2003, por meio do Decreto nº 4.805, a então Secretaria para o Desenvolvimento da Artes Audiovisuais (hoje Secretaria Nacional do Audiovisual - SNAV) do extinto Ministério da Cultura a incorpora. No âmbito da SNAV, a CB teve sua gestão realizada com o apoio de instituições do terceiro setor, por meio da Sociedade Amigos da Cinemateca - SAC (por intermédio de um Termo de Parceria vigente entre 2008 e 2013), da Rede Nacional de Pesquisa - RNP (mediante repasse de recursos em 2014 e 1015 pelo então Ministério da Cultura para contrato de gestão vigente entre a RNP e a União) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, entre 2016 e março de 2018 (com contratos administrativos).

2.2. Considerando as limitações encontradas no âmbito da administração direta na aquisição de bens/insumos e na contratação de pessoal qualificado para a CB, buscas de alternativas para a gestão da CB foram realizadas pelo então Ministério da Cultura. Tais buscas, além do apoio de instituições do terceiro setor citado no item 2.1 acima, culminaram na decisão de publicizar as atividades da CB.

2.3. O processo para que a CB fosse gerida por uma Organização Social, nos termos da [Lei nº 9.637/98](#), foi iniciado ainda em 2016 e analisou as propostas enviadas por três entidades, com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP atingindo a melhor classificação, sendo a escolhida para firmar o Contrato de Gestão, conforme [Portaria nº 106, de 08/11/2016, publicada no Diário Oficial da União \(Seção 1, 09/11/2016\)](#). Durante os trâmites e a negociação para o Contrato de Gestão, foi publicado o [Decreto nº 9.190/17](#), que limita a um contrato de gestão por entidade a ser celebrado com a União. Tal limitação determinou início de negociação com o Ministério da Educação - MEC, visto que a ACERP já tinha um Contrato de Gestão com o MEC, o Contrato de Gestão nº 01/2015, o qual estava vigente e previa ações da TV Escola. Com isso, em 6 de março de 2018 é assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2015, que instituiu o então Ministério da Cultura (hoje Secretaria Especial da Cultura - SECULT, vinculada ao Ministério do Turismo) como interveniente no contrato.

2.4. O Contrato de Gestão nº 01/2015 teve sua vigência encerrada no dia 31/12/2019 e sua renovação foi descartada pelo Ministério da Educação, que era o órgão supervisor do contrato. Após o término da transição da SECULT do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo (iniciada com a publicação do [Decreto 10.107/2019](#) e concluída com a vigência do [Decreto 10.359/2020](#)), a possibilidade de celebrar novo contrato de gestão com a ACERP para gerir a CB também foi descartada.

2.5. Com isso, a partir do segundo semestre de 2020 foram firmados contratos para a manutenção da CB pelo Ministério do Turismo, foi definida a realização do presente chamamento público para seleção de nova entidade privada sem fins lucrativos para gerir a CB e foi publicado o [Decreto 10.548/2020](#), que estabelece a reabsorção temporária das atividades da Cinemateca Brasileira pelo Ministério do Turismo.

2.6. Nesse cenário, e considerando as especificidades inerentes aos processos operacionais da CB, a Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo entende que o modelo ideal para aprimorar a execução das atividades é o estabelecimento de parceria com Organização Social (OS), via contrato de

gestão. A proposição de parceria com uma OS decorre do fato de que tal instrumento permite, ao mesmo tempo, a necessária agilidade operacional e administrativa na gestão das atividades e o controle finalístico pelo Estado.

2.7. O [ANEXO X contém o Estudo de Publicização](#) elaborado ao longo do segundo semestre de 2020 e necessário para a obtenção de autorização para a realização do presente chamamento, obtida por meio da Portaria Interministerial ME/MTUR nº 5852, de 08 de junho de 2021.

2.8. Ademais, o [Plano Diretor da Reforma do Estado \(Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995\)](#) e o [Caderno MARE da reforma do estado v. 2 – Organizações Sociais 1998](#) embasam o modelo de organizações sociais, bem como entrevista recente do professor Fernando Schüller intitulada como “O que é público precisa ser estatal?” e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ThL5eW4r4-U>.

### 3. PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO

3.1. Poderão participar desta seleção pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com natureza de associação civil ou fundação (art. 44, inciso I e III, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil), cujas atividades sejam dirigidas à cultura, já qualificadas ou aptas a se qualificarem como organização social, nos termos da Lei 9.637/98 e do Decreto 9.190/17. O objeto social da entidade, definido em seu estatuto, deverá estar de acordo com a atividade a ser publicizada.

3.2. Não poderá participar da seleção, conforme previsto no art. 9º do Decreto 9.190/17, a entidade privada que:

I - tenha sido desqualificada como organização social, por descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão, nos termos do [art. 16 da Lei nº 9.637, de 1998](#), em decisão irrecorrível, pelo período que durar a penalidade;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão supervisor ou a entidade supervisora; e

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública federal;

IV - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer ente federativo, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

V - não possuam comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, por meio de:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

VI - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública federal nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e forem quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; ou

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

VII - tenha sido punida com sanção que impeça a participação na seleção ou na celebração de contrato de gestão, termo de colaboração, termo de fomento ou instrumento congênere com a administração pública federal ou com o ente supervisor, pelo prazo que durar a penalidade;

3.3. A Lei nº 9.790/98, Lei das Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, impede a qualificação como OSCIP de Organizações Sociais. Caso entidade qualificada como OSCIP queira participar do chamamento público, deverá alterar o estatuto e abdicar desta qualificação.

#### 4. **INSCRIÇÃO**

4.1. A entidade privada sem fins lucrativos interessada deve encaminhar envelope lacrado à Secretaria Nacional do Audiovisual, contendo os seguintes documentos:

- a) declaração do representante legal da entidade, sob as penas da lei, de ciência e concordância com as condições contidas neste Edital e seus Anexos e de responsabilização pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, conforme Anexo I;
- b) cópia autenticada do Estatuto vigente contendo o cumprimento dos requisitos previstos no art. 2º, inciso 1, no art. 3º e no art. 4º da Lei nº 9.637, de 1998, **ou** de ata de Assembleia que comprove a aprovação de eventuais mudanças no respectivo Estatuto com vistas ao atendimento dos referidos requisitos;
- c) currículo dos dirigentes da instituição, demonstrando a capacidade técnica do corpo dirigente da entidade para o desempenho das atividades previstas neste Edital;
- d) portfólio da instituição demonstrando a capacidade técnica desta, e descrevendo o conjunto de suas ações, atividades e serviços realizados na área cultural em especial nas atividades descritas no item 1.2;
- e) atestados/declarações fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado evidenciando experiências anteriores da entidade e dos dirigentes, do responsável legal pela instituição, na área cultural;
- f) programa de trabalho proposto pela entidade para o desempenho das atividades previstas no item 1.2 deste Edital, com duração de cinco anos (de dezembro/2021 a dezembro/2026), que preveja a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, minutas básicas de regulamento de compras e de regulamento de seleção de pessoal;
- g) plano detalhado para captação e geração de recursos adicionais, seguindo as orientações do item 5;
- h) certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a tributos federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- j) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- k) certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- l) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho;
- m) declaração do representante legal da entidade, sob as penas da lei, de que esta não incorre em nenhum dos impedimentos listados no item 3.2, conforme modelo no Anexo II;

n) declaração do representante legal da entidade, sob as penas da lei, de que não existe, entre seus dirigentes, pessoa participante de entidades que incorram em quaisquer dos impedimentos previstos no item 3.2, conforme Anexo III, e/ou ainda:

i. inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

ii. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos 1, II e III do caput do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e

iii. que incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso 1 do caput do art. 10 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

4.2. A documentação referente à inscrição da entidade deverá ser encaminhada em envelope fechado e com identificação da instituição proponente, com a inscrição "Proposta - Edital de Convocação Pública nº 01/2021", e entregue via postal (SEDEX ou carta registrada com Aviso de Recebimento) ou pessoalmente, no seguinte endereço: Secretaria Nacional do Audiovisual da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 4º Andar, CEP: 70068-900, Brasília, Distrito Federal.

4.3. Na declaração de que trata a alínea "a" do item 4.1, deverá ser informado o endereço físico e eletrônico da entidade que poderá ser utilizado pelo Ministério do Turismo para fins de comunicação e/ou visitas técnicas referentes a presente seleção.

4.4. O programa de trabalho previsto na alínea "f" do item 4.1 deverá conter no máximo **20 (vinte) páginas**, incluindo eventuais anexos, com fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5 e deverá ser apresentado em três vias impressas, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, **assinada pelo representante legal** da instituição proponente, devendo, ainda, ser entregue uma cópia em versão digital (pendrive) em formato OCR PDF (pesquisável).

4.5. O plano para captação e geração de recursos adicionais previsto na alínea "g" do item 4.1 e detalhado no item 5 deverá ser apresentado em três vias impressas, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, **assinada pelo representante legal** da instituição proponente, devendo, ainda, ser entregue uma cópia em versão digital (pendrive) em formato OCR PDF (pesquisável).

4.6. As minutas básicas de Regulamento de Compras e de Regulamento de Seleção de Pessoal deverão compor o programa de trabalho como Anexos e apresentar regras que demonstrem que as contratações a serem realizadas pela entidade com recursos públicos serão conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal.

4.7. Casos de não comprovação da regularidade nos documentos listados no item 4.1 deste edital e/ou desconformidade da proposta com os padrões e documentações previstos neste Edital ensejarão a desclassificação da entidade.

4.8. Cada entidade poderá apresentar apenas uma proposta. No caso de haver mais de 1 (uma) inscrição do mesmo CNPJ, será considerada a última enviada de acordo com a data da postagem ou confirmação de recebimento presencial. A(s) proposta(s) anterior(es) serão invalidadas.

4.9. As propostas recebidas pela Comissão Técnica, instituída pela PORTARIA SE/MTUR XXX de XX, de julho de 2021 (ANEXO IX) serão abertas no dia 22 de setembro de 2021, às 10 horas, no endereço previsto no item 4.2 ou outro local previamente definido e informado pela Secretaria do Nacional do Audiovisual da Secult do Ministério do Turismo.

4.10. Caso desejem, as entidades que apresentarem proposta poderão se fazer representar na sessão de abertura dos envelopes, por meio de dirigente ou procurador a quem seja outorgado ou conferido amplos poderes de representação em todos os atos e termos deste Edital.

4.11. Concluída a abertura dos envelopes e realizada a conferência do conteúdo de cada um deles, a Comissão Técnica posicionar-se-á quanto à regularidade formal dos documentos apresentados, indicando se foi constatada alguma irregularidade ou omissão.

4.12. A Comissão Técnica poderá sanar eventuais omissões ou falhas eminentemente formais observadas na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do processo de seleção.

4.13. Será elaborada ata circunstanciada dos fatos ocorridos na sessão pública, incluindo, entre outras ocorrências:

- a) o recebimento e abertura dos envelopes;
- b) a conferência da documentação apresentada por cada entidade concorrente;
- c) a anotação do nome do(s) representante(s) das entidades concorrentes, com dados para contato; e
- d) a indicação da data de divulgação do resultado provisório da convocação pública.

## 5. PLANO PARA CAPTAÇÃO E GERAÇÃO DE RECEITAS

5.1. O plano para captação e geração de receitas a ser apresentado deverá conter a previsão de captação de recursos adicionais ao contrato de gestão com o mínimo de 40% do valor previsto para o aporte anual (10 milhões de reais) pela União, contido no cronograma de desembolso do Contrato de Gestão e seus aditivos.

5.2. O plano apresentado deverá contar com 4 tópicos detalhados para a captação e geração de receitas:

- a) serviços realizados pela Cinemateca Brasileira, como a guarda, ações de restauro e conservação de acervos privados de terceiros depositados no local;
- b) locação dos espaços da Cinemateca Brasileira para a realização de eventos de terceiros;
- c) parcerias com entidades privadas e públicas, com ou sem o uso de incentivo fiscal; e
- d) realização de eventos pela entidade.

5.3. A experiência prévia em captação e geração de receitas em projetos culturais será objeto de análise pela Comissão Técnica, conforme ANEXO V. Os comprovantes da experiência prévia deverão estar anexados ao final do Plano de Geração e Captação de Receitas.

5.4. O plano para captação e geração de receitas apresentado será considerado para a elaboração da meta para a captação de recursos no contrato de gestão a ser assinado com a entidade selecionada.

5.4.1. A meta de captação do contrato de gestão a ser firmado será de no mínimo 80% do proposto no projeto apresentado para o edital, considerando que o percentual obedeça ao mínimo de captação 40% do valor a ser aportado pela Secretaria Especial de Cultura.

5.5. Para a elaboração do plano de captação e geração de receitas deverá ser considerado o cenário apresentado no Anexo VIII deste edital.

## 6. CRONOGRAMA

Fase	Data
Recebimento das propostas – 45 dias	02/08/2021 a 16/09/2021
Abertura dos envelopes e checagem pela Comissão	22/09/2021, às 10h
Avaliação das propostas – até 31 dias	24/09/2021 até 25/10/2021
Publicação do resultado provisório	Até 27/10/2021
Fase recursal – 15 dias	Período de 15 dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação do resultado provisório
Publicação do resultado definitivo	Até 18/11/2021

## 7. COMISSÃO TÉCNICA DE SELEÇÃO

7.1. A seleção será conduzida por Comissão Técnica que terá as funções básicas de processar e julgar as propostas recebidas, bem como as demais atribuições previstas neste Edital.

7.2. A Comissão Técnica é composta por servidores da Secretaria Especial de Cultura, da Secretaria Nacional do Audiovisual, da Agência Nacional do Cinema e do Instituto Brasileiro de Museus, designados pelo Secretário Executivo do Ministério do Turismo, conforme portaria já publicada, a qual consta no ANEXO IX do presente edital.

7.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão que já tenha sido associado, dirigente, empregado ou contratado por qualquer das entidades participantes da seleção.

7.4. Também devem ser observadas as hipóteses de impedimento e suspeição previstas nos arts. 18 a 20 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

7.5. Configurado o impedimento, será designado membro substituto pelo Secretário Executivo do Ministério do Turismo.

7.6. Os membros da Comissão Técnica não poderão, enquanto durar a vigência do contrato de gestão, ser cedidos ou ocupar função de dirigente na entidade vencedora da seleção, caso venha a ser firmado o contrato de gestão.

7.7. A Comissão Técnica poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões, bem como quaisquer outras ações que considere necessárias.

7.8. As decisões da Comissão Técnica poderão contar, a seu critério, com assessoramento técnico e jurídico da Secretaria Nacional do Audiovisual, Secretaria Especial de Cultura e da Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo.

## 8. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão Técnica.

8.2. A seleção da proposta levará em conta os seguintes critérios, cuja pontuação máxima será de dez pontos:

a) a convergência entre as finalidades da entidade (conforme estatuto) com ações de produção, difusão, preservação e formação de mão de obra técnica no campo audiovisual. (0 a 1 ponto - zero a um ponto);

b) a capacidade técnica da entidade, comprovada por meio de portfólio e relações contratuais, ou de atestados/declarações fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, evidenciando experiências anteriores da entidade na área cultural. (0 a 2 pontos – zero a dois pontos);

c) capacidade de geração e captação de recursos segundo o “Plano de Geração e Captação de Receitas” apresentado (0 a 5 pontos – zero a cinco pontos); e

d) convergência entre o programa de trabalho (citado na alínea “f” do item 4.1) e as atividades mencionadas no item 1.2. (0 a 2 - zero a dois pontos).

8.2.1. Para fins de avaliação dos critérios acima descritos, será utilizado o Anexo V deste Edital, a ser preenchido pela Comissão Técnica de acordo com a documentação comprobatória apresentada.

8.2.2. Para fins de consideração das relações contratuais mencionadas na alínea “b” do Item 8.2, somente serão consideradas aquelas efetivamente concluídas e cujos objetos tenham sido aprovados, assim como suas respectivas prestações de contas, se houver.

8.2.3. Para fins de avaliação dos critérios constantes das alíneas “b” e “c” do item 8.2, será obrigatório o preenchimento e a juntada dos documentos mencionados no formulário constante no Anexo VI deste Edital.

8.2.4. Para fins de avaliação da capacidade de captação de recursos mencionada na alínea “c”, deverá ser considerado o cenário apresentado no Anexo VIII deste edital.

8.2.4.1. O Plano de Captação e Geração de receitas deverá contar com documentos juntados para a análise da capacidade de captação e geração de recursos, conforme exemplo do ANEXO VI.

8.3. A Comissão Técnica, em decisão colegiada, lançará nota em relação a cada um dos quesitos do item 8.2, sendo a nota final obtida pela soma das notas atribuídas em cada um dos quesitos, conforme Anexo V.

8.4. A entidade selecionada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato de gestão, os currículos dos profissionais de que trata a alínea "c" do item 4.1 devidamente assinados, tendo como anexo as cópias dos documentos comprobatórios das declarações curriculares autenticadas, sob pena de ter sua contratação cancelada, com convocação da segunda colocada, e assim sucessivamente.

8.5. A Comissão Técnica desclassificará:

- a) as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, as disposições deste Edital;
- b) as propostas manifestadamente inexecutáveis;
- c) a entidade que obtiver pontuação "zero" em qualquer dos critérios previstos no item 8.2;
- d) as propostas que não alcançarem 50% (cinquenta por cento) do total de pontos possíveis na avaliação.
- e) Propostas com o plano de captação e geração de receitas em percentual inferior a 40% do aporte previsto (10 milhões de reais anuais);

8.6. Havendo empate, será vencedora a entidade que obtiver maior pontuação no item 8.2, alínea "c".

8.7. Persistindo o empate, considerar-se-á vencedora a entidade que tiver maior pontuação na alínea "d", do item 8.2.

8.8. Caso o resultado se mantenha empatado, a entidade que tiver a maior pontuação no item "b" será declarada vencedora.

8.9. A data de envio da proposta (dia e hora da postagem no correio ou da entrega da proposta na sede da Secult na Esplanada dos Ministérios) será o último critério de desempate, caso persista o empate após a análise dos critérios listados nos itens 8.6, 8.7 e 8.8.

## 9. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO

9.1. Declarada encerrada a etapa de julgamento, será publicada no Diário Oficial da União e divulgada no sítio eletrônico oficial do Ministério do Turismo portaria com as entidades classificadas e desclassificadas, em ordem decrescente de pontuação.

9.2. A publicação do resultado provisório ocorrerá até 27 de outubro de 2021.

## 10. FASE RECURSAL

10.1. Da decisão de que trata o item 9.1 caberá recurso no prazo de quinze (15) dias, contado a partir do primeiro dia útil seguinte da data de publicação no Diário Oficial da União, que será dirigido à comissão responsável pela decisão recorrida, a ser apresentado nos termos do Formulário de Recurso, conforme Anexo IV, e na forma do item 4.2, em envelope fechado e com identificação da instituição proponente, com a inscrição "Recurso - Edital de Convocação Pública nº 01/2021".

10.2. O recurso deverá ser encaminhado à Comissão Técnica, a qual, se não reconsiderar sua decisão, o encaminhará ao Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo (ou autoridade por ele delegada), para decisão sobre o recurso.

10.3. A decisão final sobre a escolha da entidade privada para fins de qualificação como organização social e celebração de contrato de gestão será formalizada em ato do Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo e terá como base as avaliações da Comissão Técnica ou do Secretário Especial de Cultura, após o encerramento da fase recursal.



10.4. O resultado da análise dos recursos será comunicado à entidade recorrente por meio de comunicação eletrônica dirigida ao endereço eletrônico indicado na forma do item 4.3.

## 11. RESULTADO DEFINITIVO

11.1. Após a avaliação dos recursos e a decisão final da Comissão Técnica, o resultado definitivo da seleção será homologado por meio de publicação no Diário Oficial da União e divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Turismo.

## 12. QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE VENCEDORA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

12.1. Após a publicação do resultado definitivo da seleção, o Ministério do Turismo formalizará processo específico com a documentação da entidade vencedora, para fins de qualificação como organização social, e o encaminhará ao Ministério da Economia, em observância ao disposto no Decreto 9.190, de 1º de novembro de 2017 e na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

12.2. Na hipótese em que a entidade selecionada somente tenha apresentado cópia da ata contendo a aprovação das alterações necessárias no seu estatuto, a fim de comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do art. 2º, no art. 3º e no art. 4º da Lei nº 9.637, de 1998 (item 4.1, alínea 'b', deste Edital), será conferido prazo de **trinta dias corridos** para a efetiva alteração do Estatuto, sob pena de desclassificação e convocação da segunda colocada.

12.3. A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que já esteja qualificada como organização social no âmbito da União ou de outro ente da Federação deverá comprovar o atendimento de todos os requisitos e submeter-se a novo processo de qualificação, junto ao Ministério do Turismo, que atuará em conjunto com o Ministério da Economia.

12.4. O Conselho de Administração da entidade vencedora deverá contar com representantes do Ministério do Turismo, da Secretaria Especial de Cultura, do Conselho dos Secretários Estaduais de Cultura e de representantes da sociedade civil na área de atuação da Organização Social, conforme disposto no Decreto 9.190/17.

## 13. MEIOS DE FOMENTO PÚBLICO POSTOS À DISPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL (RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, BENS, ETC.)

13.1. Serão repassados à entidade selecionada e qualificada como organização social, nos cinco anos de vigência do contrato de gestão, **o montante mínimo de R\$ 50.000.000,00** (cinquenta milhões de reais) para ações definidas na relação de serviços descritos no item 1.2, que deverão ser integralmente utilizados na realização das ações previstas no Programa de Trabalho da entidade selecionada, com as devidas orientações e adaptações realizadas pela Secretaria Nacional do Audiovisual. Tal montante refere-se a quantia anual mínima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

13.2. O repasse dos valores indicados no item 13.1 está condicionado à disponibilidade orçamentária, em consonância com as leis orçamentárias vigentes em cada exercício.

13.3. O Ministério do Turismo permitirá à Organização Social qualificada o uso dos bens móveis e imóveis atualmente alocados na Cinemateca Brasileira, nos termos a serem estabelecidos no contrato de gestão a ser celebrado.

13.4. Será permitida a visitação técnica nas unidades da Vila Clementino e da Vila Leopoldina no dia 31/08/2021, desde que previamente solicitadas e agendadas. A solicitação deverá ser realizada até o dia 20/08/2021 pelo e-mail [chamamentocinemateca@turismo.gov.br](mailto:chamamentocinemateca@turismo.gov.br), com o assunto "Visitação Chamamento OS" e terá o prazo de 2 dias úteis para a resposta e confirmação da data e horário.

## 14. VIGÊNCIA DO CONTRATO DE GESTÃO

14.1. O prazo de vigência do contrato de gestão será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado sucessivas vezes, de comum acordo entre as partes, de forma condicionada à avaliação positiva das atividades prestadas pela organização social e à aprovação da prestação de contas.

14.2. Em caso de celebração de aditivo a contrato de gestão já vigente entre a União e a entidade selecionada para contemplar o escopo do presente edital, a vigência a ser considerada será a do

contrato principal.

## 15. SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

15.1. A supervisão da execução do contrato de gestão será exercida pela Secretaria Nacional do Audiovisual do Ministério do Turismo, observando-se o disposto na Lei nº 9.637, de 1998, e demais normas aplicáveis.

15.2. Os resultados e metas atingidas com a execução do contrato de gestão serão analisadas, periodicamente, pela comissão de acompanhamento e avaliação da parceria, a ser nomeada pelo Secretário Executivo do Ministério do Turismo (ou autoridade por ele delegada), composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação na área de atuação prevista no contrato de gestão. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação encaminhará, **a cada seis meses**, relatório conclusivo à autoridade supervisora sobre a avaliação procedida referente ao cumprimento das metas e indicadores previstos no contrato de gestão e/ou em seus aditivos.

15.3. A partir dos relatórios apresentados pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação e dos relatórios, demonstrativos e demais documentos aprovados pelo conselho de administração da futura organização social, a autoridade supervisora avaliará o cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes e aprovará as contas do parceiro privado.

## 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A inscrição implica o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o proponente não poderá alegar desconhecimento.

16.2. A documentação enviada que contenha vícios de qualquer natureza ou a inobservância de qualquer previsão deste Edital ensejará a desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

16.3. O ônus da participação na seleção regida por este Edital é de exclusiva responsabilidade do proponente.

16.4. Não serão devolvidos documentos ou materiais encaminhados, cabendo à unidade gestora deste Edital seu arquivamento ou destruição.

16.5. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e de eventuais documentos encaminhados, ficando o Ministério do Turismo isento de qualquer responsabilidade civil ou penal decorrente de informações apresentadas pelas entidades.

16.6. É responsabilidade do proponente acompanhar a divulgação dos resultados de todas as fases deste certame.

16.7. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.8. A entidade vencedora do processo seletivo não tem direito subjetivo à celebração do contrato de gestão. A assinatura do contrato de gestão fica condicionada, entre outros fatores, à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

16.9. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas, da negociação do conteúdo final do contrato de gestão e de quaisquer outras despesas correlatas à participação na convocação pública serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Pública.

16.10. O Secretário Nacional do Audiovisual resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

16.11. As informações referentes a este Edital estão disponíveis no portal da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo (<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura>) e as dúvidas poderão ser esclarecidas por e-mail no seguinte endereço eletrônico: [chamamentocinematica@turismo.gov.br](mailto:chamamentocinematica@turismo.gov.br).

**17. ANEXOS****17.1. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:**

- Anexo I - Declaração de Ciência e Concordância com o Edital (1080101);
- Anexo II - Declaração de Ausência de Impedimentos Listados no Item 3.2(1080245);
- Anexo III - Declaração de Ausência de impedimentos de Dirigentes (1080249);
- Anexo IV - Formulário de Recurso (1080253);
- Anexo V - Tabela de Pontuação (1080259);
- Anexo VI - Resumo da Documentação Comprobatória Apresentada (1080265);
- Anexo VII - Comunicado de Mecenato (1080274);
- Anexo VIII - Cenário para a Elaboração do Plano de Captação e Geração de Receitas (1080288); e
- Anexo IX - Estudo de Publicização (0737325).

BRUNO GRAÇA MELO CÔRTEZ



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Graça Melo Côrtes, Secretário Nacional do Audiovisual**, em 29/07/2021, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1085133** e o código CRC **3EA415E9**.

0.1.